

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Leilão promissor de energia em Roraima	2
Título: Preço dos combustíveis cai na refinaria.....	3
Título: Acordo de leniência da Braskem chega a R\$ 2,8 bi	3
Título: ‘Como o pão que o diabo amassou’, diz Bolsonaro	5
Título: Eternit ‘congela’ mina de amianto e demite 400	6
Título: Novos cenários, velhos desafios	7
Título: Parte de talude desmorona em Barão de Cocais.....	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Pedacos da parede de mina da Vale em MG se desprendem	10
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Braskem vai devolver R\$ 2,8 bilhões para União.....	12
Título: Paredão de mina da Vale se desprende em MG.....	13
Título: Brasil muda de posição e evita melindrar Maduro	13
Título: Confiança do empresário é a menor desde outubro.....	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: Cidade mineira segue em alerta	16

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/06/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Leilão promissor de energia em Roraima**

Um dos maiores gargalos energéticos do País – no Estado de Roraima – começou a ser enfrentado com o leilão para o suprimento de energia para a região promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Roraima é o único Estado da Federação sem acesso ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de transmissão. É esse acesso que permite a qualquer região consumir energia produzida em outros locais, inclusive distantes.

O fornecimento de eletricidade à capital, Boa Vista, dependia até fevereiro da importação de energia da Usina de Guri, na Venezuela. Com o agravamento da crise venezuelana e a falta de eletricidade até para atender à demanda interna, desde 7 de março deste ano, Boa Vista passou a depender quase totalmente de uma fonte térmica, o óleo diesel, mais caro e poluente. Esse pano de fundo demonstra a relevância do primeiro – e bem-sucedido – leilão de energia do governo Bolsonaro.

A partir de 2021, serão fornecidos 263,5 MW médios pelas vencedoras do certame, entre as quais Eneva e Oliveira Energia – que tem participação crescente no setor energético do Norte do País. Estará suprida, assim, a quase totalidade da energia demandada por Boa Vista. Se a Venezuela voltar a vender energia a Roraima "será ótimo", notou o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. O passo seguinte, já previsto no leilão, é instalar uma linha de transmissão entre Boa Vista e Manaus, superando os problemas relacionados ao meio ambiente e à instalação de equipamentos em área indígena.

O leilão trará, como ganho em curto prazo, a redução de 35% do custo da energia para Roraima, dos atuais R\$ 1.237 por MWh para R\$ 833 por MWh, enfatizou Albuquerque. O preço-teto do leilão era de R\$ 1.078 por MWh. O benefício não será apenas dos consumidores locais, mas de todos os consumidores. O custo da energia térmica fornecida ao Estado é rateado entre os consumidores de todo o País.

Não se tratou de um leilão convencional, pois a energia a ser oferecida pelos vencedores virá também de gás natural ou fontes renováveis, além de combustíveis. Trata-se, pois, de um novo modelo de leilão, elogiado por

especialistas. Mas faltam definições, por exemplo, quanto ao custo da transmissão de energia, a ser convencionado quando Roraima for integrada ao SIN.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/06/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Preço dos combustíveis cai na refinaria

A Petrobrás reduziu os preços dos combustíveis em suas refinarias. A partir de hoje, o preço do litro da gasolina vai cair R\$ 0,1399 e o do óleo diesel, R\$ 0,1383. A queda foi comemorada pelo presidente Jair Bolsonaro, que no twitter anunciou ter sido informado pela estatal de "uma redução de 6,0% no preço do diesel e de 7,2% na gasolina".

A companhia confirmou os percentuais de queda que foram informados pelo presidente. A Petrobrás também discrimina o preço do litro do diesel e da gasolina em cada uma das suas refinarias e estações de entrega. Em Paulínia (SP), onde funciona a Replan, maior refinaria estatal, o litro da gasolina custará R\$ 1,9927 a partir deste sábado. O valor em Duque de Caxias (RJ), município da Reduc, será de R\$ 1,9732. A gasolina mais barata do País sairá de São Luís (MA), a R\$ 1,7876 por litro; e a mais cara, de Brasília, onde custará R\$ 2,0851.

Bandeira. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que as contas de luz vão ter a bandeira verde em junho, sem custo adicional para o consumidor. Em maio, as tarifas estavam com a bandeira amarela, o que significa taxa extra de R\$ 1,00 a cada 100 quilowattshora (kWh) consumidos.

"Embora junho seja um mês típico da estação seca das principais bacias hidrográficas, a previsão hidrológica para o mês superou as expectativas, indicando tendência de vazões acima da média para o período", informou a Aneel./ COLABOROU ANNE WARTH

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/06/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Haubert / BRASÍLIA

Título: Acordo de leniência da Braskem chega a R\$ 2,8 bi

Em compromisso fechado com CGU e AGU, petroquímica, controlada por Odebrecht e Petrobrás, pagará parcelas até 2025

A Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União assinaram ontem um acordo de leniência com a petroquímica Braskem no valor de R\$ 2,87 bilhões, a ser pago em parcelas até 2025. A empresa, controlada por Odebrecht e Petrobrás, foi investigada no âmbito da operação Lava Jato. A Braskem já depositou R\$ 1,33 bilhão referente a um acordo que havia sido fechado previamente com o Ministério Público Federal em 2016, que incluía também um acordo firmado com autoridades suíças e americanas, que somou, na época, R\$ 3,1 bilhões – sendo R\$ 2,2 bilhões destinados ao Brasil.

Os dois órgãos de controle, porém, firmaram um novo compromisso, que englobou o primeiro na parte referente aos pagamentos que deveriam ser feitos aos cofres brasileiros. O valor que já foi pago será descontado do total aplicado agora. A parte que a empresa ainda precisa pagar, R\$ 1,54 bilhão (corrigido pela taxa Selic), será desembolsada em seis parcelas, uma por ano, entre 2020 e 2025. Do total, R\$ 2 bilhões serão destinados à União e cerca de R\$ 800 milhões à Petrobrás.

Os valores a serem ressarcidos envolvem pagamentos de dano, enriquecimento ilícito e multa no âmbito de contratos fraudulentos que envolveram recursos públicos. A punição também é aplicada devido à edição de atos normativos produzidos a partir de pagamentos de vantagens indevidas. Segundo o ministro da CGU, Wagner Rosário, a empresa colaborou durante as investigações e apresentou um plano bem definido de compliance, que será auditado pelo órgão no prazo de vigência do acordo.

A controladoria também informou que a empresa colaborou com informações e provas sobre atos ilícitos cometidos por mais de 60 pessoas físicas e jurídicas, acrescentando elementos e informações sobre outros casos investigados. "É importante citar aqui que a colaboração da empresa não só traz informações novas, mas ajuda em outros casos de colaboração", afirmou Rosário.

O advogado-geral da União, André Mendonça, disse que a assinatura do acordo foi viabilizada após decisão da 13.^a Vara Criminal de Curitiba, que autorizou, dias atrás, que CGU e AGU fimassem o compromisso. Mendonça disse ainda que os dois órgãos esperam assinar mais três acordos com outras empresas envolvidas em casos de corrupção neste ano.

Expertise. Segundo Rosário, 41 empresas já procuraram os órgãos de controle para firmar acordos e, até agora, já foram recuperados cerca de R\$ 9 bilhões pelos dois órgãos. "Agora que temos mais expertise, esse já é o sétimo acordo firmado." No caso da Braskem, Rosário afirmou que a empresa "vira uma página e coloca um ponto final em uma situação". "Quem comete um erro tem de pagar, a empresa pagou e agora ela tem tudo, pela qualidade técnica e pelo nível de seus funcionários, para continuar crescendo de forma sustentável, com

comportamento ético. É isso que esperamos de todas as empresas no país", disse.

Em nota, a Braskem afirmou que o acordo "representa um passo complementar sobre os mesmos fatos contemplados no acordo global de dezembro de 2016". "A empresa segue colaborando com as autoridades e vem fortalecendo cada vez mais seu sistema de conformidade a fim de atuar de forma ética, íntegra e transparente".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/06/2019

Seção: Política

Autor: Teo Cury Amanda Pupo / BRASÍLIA

Título: 'Como o pão que o diabo amassou', diz Bolsonaro

Em almoço com caminhoneiros, presidente defende governo e ouve queixas sobre diesel

Em almoço de pouco mais de quarenta minutos com caminhoneiros em um restaurante de beira de estrada em Anápolis (GO), o presidente Jair Bolsonaro disse ontem que está "comendo o pão que o diabo amassou". "Não loteamos ministérios, bancos oficiais e estatais", afirmou. Ele deixou claro que, apesar disso, "só muda (de postura) se alguém cassar o seu mandato". O comentário foi feito após um dos presentes dizer que faltaria boa vontade com o presidente em Brasília.

Bolsonaro se serviu como os demais clientes. Na mesa em que dividiu com cerca de 30 caminhoneiros, o presidente ouviu reclamações sobre o preço do diesel, questionamentos sobre a reforma da Previdência e estimulou os profissionais a requererem porte de arma.

A categoria foi uma das contempladas pelo decreto editado no início do mês que flexibilizou as regras para obtenção de armas. "Eu coloquei lá como profissão de risco (caminhoneiros). Quanto mais arma, mais segurança. Se tiver arma de fogo, é para usar", disse ao grupo.

O presidente também se comprometeu em acabar com os radares móveis – "para dar uma folga para o policial rodoviário" – e repetiu sua promessa de aumentar a validade da carteira de motorista para dez anos e passar o limite de pontos para 40.

A parada de Bolsonaro foi estratégica. Ele mesmo contou que "foi feito levantamento de onde teria mais caminhões" naquele horário. "Eu estava vindo de Goiânia e paramos aqui para conversar com os caminhoneiros", afirmou. O

governo tem adotado várias medidas para evitar uma greve da categoria. Bolsonaro chegou a interferir em abril, até mesmo, no preço do combustível definido pela Petrobrás.

"O que mais pesa no combustível é o ICMS, que é do Estado. Não é a gente. Por isso que eu trabalho para privatizar o refino. Quanto mais tiver concorrência, melhor. Tá ok?", disse.

Comitiva. O presidente viajou para Goiânia acompanhado de uma comitiva de 73 pessoas, onde participou da Convenção Nacional das Assembleias de Deus. O grupo o acompanhou no almoço com os caminhoneiros. Na nota fiscal, obtida pelo Estado, constam 73 refeições (self-service a R\$ 20 por pessoa) e 26 refrigerantes em garrafas de 2 litros (R\$ 9 cada) pagos ao restaurante Presidente - Posto e Churrascaria com cartão em nome da Secretaria de Administração da Presidência da República. O valor total da fatura foi de R\$ 1.694.

O almoço serviu como uma espécie de confraternização do presidente com caminhoneiros. O governo disse que não pagou a conta dos "convidados".

Na comitiva estavam "bombeiros, policiais militares, equipes de combate a incêndio e de saúde", afirmou a Secretaria de Comunicação da Presidência. De acordo com três integrantes de governos anteriores consultados pelo Estado, a equipe presidencial neste tipo de viagem gira em torno de 40 pessoas. A Secretaria de Comunicação recomendou à reportagem pedir explicações sobre a comitiva ter 73 pessoas via Lei de Acesso, que dá 30 dias para que o governo envie uma resposta.

Ainda segundo o Planalto, Bolsonaro não pagou o próprio almoço, pois foi uma cortesia do restaurante. Um funcionário do estabelecimento que preferiu não ser identificado deu a mesma versão. Ele disse ainda que outras autoridades que comeram no local, como o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, também almoçaram de graça.

A passagem de Bolsonaro pelo restaurante, que fica ao lado de um posto de gasolina em Anápolis (a 69 km da capital goiana), durou cerca de 40 minutos. Bolsonaro chegou e saiu de helicóptero do local. / COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/06/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Eternit 'congela' mina de amianto e demite 400

Operação estava parada desde fevereiro, à espera de autorização do STF para retomar produção voltada à exportação

A fabricante de materiais de construção Eternit decidiu manter "hibernando" sua mineradora de amianto em Minaçu (GO), a Sama. Com isso, demitirá todos os 400 funcionários da unidade. Outros cem trabalhadores indiretos dependem da atividade da mineradora.

A empresa, que teve plano de recuperação judicial aprovado por credores nesta semana, aguarda desde fevereiro que o Supremo Tribunal Federal (STF) avalie um recurso no qual pede um ajuste para a ordem de fechamento das atividades de mineração da companhia. A empresa pretendia continuar apenas como exportadora de amianto crisotila, sem vender o produto no mercado nacional. Segundo a Eternit, a paralisação temporária das atividades da Sama gerou perdas de R\$ 4,7 milhões no primeiro trimestre.

O congelamento das operações deve resultar na perda de faturamento da mineradora, já que a unidade correspondeu a 18% da receita consolidada nos primeiros três meses do ano. "Desde 11 de fevereiro, portanto há mais de três meses, a Sama encontra-se com suas atividades paralisadas aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto ao pedido de efeito suspensivo, o que não ocorreu", afirmou a Eternit em comunicado.

Os ativos imobilizados da mineradora serão mantidos em condição de pronta retomada de produção, sob gestão de uma equipe de funcionários da Eternit. Após o anúncio das demissões, as ações da Eternit encerraram em baixa de 6,88%. Na véspera, os papéis já haviam caído 14,83%. / AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/06/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Felipe Salto e Daniel Couri

Título: Novos cenários, velhos desafios

Uma das tarefas mais importantes e difíceis para os economistas é traçar cenários. Infelizmente, as bolas de cristal não vêm com o diploma. Um dos papéis da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal (IFI) é justamente oferecer subsídios técnicos à atuação parlamentar nesses assuntos. Assim se pode ter o contraponto ao Executivo e a possibilidade de construir políticas públicas em bases fiscais mais realistas.

Na IFI publicamos projeções para os indicadores econômicos e fiscais a cada seis meses, em maio e novembro. Na atualização de cenários do último dia 15

(<https://bit.ly/2wpx-cri>) mostramos que o produto interno bruto (PIB), o resultado primário (exclui os juros da dívida) e a dívida pública terão desempenho pior do que o previsto há seis meses. Mesmo incorporando a aprovação da reforma da Previdência em tramitação, os números pioraram.

Se a reforma da Previdência for aprovada, tarefa nada trivial, não estão garantidos o ajuste automático das contas públicas e a retomada do crescimento. A reforma produz efeitos da ordem de R\$ 842 bilhões em dez anos, aos quais ainda se devem somar os decorrentes de mudanças no regime dos servidores públicos, cujos números sairão em nossas próximas publicações.

O fato é que fechar a conta vai requerer mais. O problema é complexo e, como tal, não terá solução simples e única. Nossos cenários mostram que o resultado primário encerrará 2019 deficitário em R\$ 139 bilhões (cumpre-se a meta para o ano) e continuará negativo até 2025. Só em 2026 as contas públicas voltariam ao azul e no mesmo ano a dívida atingiria um pico de 85,5% do PIB, passando à estabilidade e queda lenta nos anos seguintes. Esse é o cenário-base, isto é, o que julgamos mais provável.

Nos cenários de seis meses atrás, a dívida alcançava ponto de máximo menor (82,7% do PIB) e mais cedo (2023). Tudo piorou, sobretudo pelo PIB mais baixo e pelo déficit mais expressivo. O vetor central é a marcha da economia: se o País não produz, não gera receitas e o ajuste fiscal torna-se mais intrincado. Simples assim.

Eventual receita com a cessão onerosa de recursos do pré-sal à Petrobrás - presente apenas no nosso cenário otimista - pode dar algum alívio imediato às contas, mas tem pouco efeito sobre a trajetória das variáveis fiscais nos próximos anos.

Pelas nossas contas, o teto de gastos corre risco alto de ser descumprido em 2022. Até lá resta espremer ainda mais o gasto discricionário - esse que levou milhares de pessoas às ruas pela contenção no orçamento da educação. O aperto nessas despesas é feito por uma razão direta: os gastos obrigatórios crescem e empurram a fatura do cumprimento das metas fiscais para as despesas mais fáceis de cortar. São os investimentos, o custeio da máquina e outros gastos importantes em saúde, educação, ciência e tecnologia, dentre outras áreas. Mesmo com a reforma, a economia esperada com o INSS seria de R\$ 76,1 bilhões em quatro anos. É um começo essencial, mas é pouco.

Acontece que há um mínimo de recursos para que o Estado se mantenha de pé. Nas nossas projeções, em 2022 esse patamar crítico não seria mais possível de ser respeitado sem o descumprimento do teto de gastos. Ultrapassando o teto,

em 2022 - depois de seis anos de vigência da regra -, os gatilhos constitucionais seriam acionados.

Diferente do ajuste adotado diante da necessidade de cumprimento da meta de resultado primário, o descumprimento do teto de gastos impõe rigoroso ajuste sobre o gasto obrigatório, especialmente com pessoal. Congelados os salários e com limitações a novas contratações, a despesa com os servidores poderia cair de 4,2% do PIB em 2020 para 2,5% do PIB em 2030. Já o salário mínimo ficaria sem reajuste além da inflação, algo já contemplado nos nossos cenários.

Não custa lembrar que a regra do teto contém a possibilidade de revisão após dez anos da sua entrada em vigor (por lei complementar). Para ter claro, se o governo conseguisse manter os gatilhos em funcionamento, entre 2023 e 2026 a despesa poderia passar a crescer por outro indexador, e não apenas pela inflação passada.

Temos de evitar o erro de quebrar o termômetro quando ele aponta estado febril. Matar o mensageiro não anula o fato comunicado. Regras fiscais são boas, mas são apenas isso: frios dispositivos legais à espera do caloroso abraço da realidade. Esta última é que precisa ajustar-se.

A regra de ouro (não faça dívida se não for para investir), a Lei de Responsabilidade Fiscal, a fixação de limites para gastos com pessoal e dívida, a meta de resultado primário, o teto de gastos e tantos outros mecanismos existentes no nosso arcabouço institucional são úteis, mas não fazem o trabalho todo. Regras boas são o primeiro passo. O teto de gastos pode ser discutido e até ser alterado pelo Congresso, mas o problema fiscal seguirá vigoroso e vistoso.

O quadro é de PIB mirrado, receitas estagnadas e despesas elevadas. Para mudá-lo só há duas alternativas: aumentar tributos e cortar gastos. O teto é didático, sob esse aspecto, porque escancara a realidade. A olho nu, pode-se ver que cinco tipos de gastos representam 75% do orçamento: INSS, pessoal, aposentadorias e pensões de servidores públicos, benefícios assistenciais e seguro-desemprego. A dívida pública já cresceu quase 27 pontos percentuais do PIB em menos de seis anos.

Os novos cenários pioraram. Os desafios seguem os mesmos. A diferença é que a complexidade para superá-los aumentou. Não é preciso bola de cristal para entender a urgência de reativar a economia, restabelecendo o mínimo de confiança necessária para moldar e aprovar mudanças mais profundas, estruturais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/06/2019****Seção: Metrópole****Autor: Leonardo Augusto - ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE****Título: Parte de talude desmorona em Barão de Cocais**

A Defesa Civil de Minas informou que parte do talude da mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais, desmoronou na madrugada de ontem. Segundo a Vale, responsável pela mina, não houve impacto na barragem Sul Superior. O temor é de que, com o desprendimento de partes maiores do talude, aconteça abalo sísmico capaz de fazer com que a barragem se rompa, atingindo Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo.

"Foi um desprendimento de uma parte insignificante (do talude), segundo o empreendedor (a Vale), que caiu dentro da cava, ali foi acondicionado e não trouxe nenhuma característica de gatilho ou de possível tremor", afirmou o coordenador adjunto da Defesa Civil de Minas, Flavio Godinho.

Segundo relatório da Agência Nacional de Mineração (ANM), a velocidade de deformação do talude era de 24,6 centímetros por dia na porção inferior e 29,1 centímetros em pontos mais críticos. A Vale informou que a estimativa é de que o desprendimento do talude aconteça "sem maiores consequências".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 01/06/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Fernanda Canofre****Título: Pedacos da parede de mina da Vale em MG se desprendem**

Há semanas, população de Barão de Cocais, a 80 km de Belo Horizonte, vive sob a expectativa do rompimento

BELO HORIZONTE - Pedacos da parede interna ao norte da mina Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG), caíram na madrugada de sexta-feira (31), diz a mineradora Vale.

Aparte desprendida mede 20 metros por 30 e equivale a menos de 1% do total da estrutura, de acordo com a Defesa Civil de Minas Gerais. O chamado talude —uma encosta íngreme— temômetros de altura e 500 de largura.

Os pedacos da parede que caíram se esfarelaram e escorregaram como areia para o centro da mina. Segundo o major Marcos Pereira, o deslizamento pode ajudar a estabilizar a estrutura, porque tira a tensão da base.

"É natural que de agora em diante, segundo os técnicos da empresa, esse movimento vá acontecendo dentro do que era esperado. Ou seja, um movimento de assentamento, de escorregamento do talude", afirma o major.

O movimento desta sexta afasta a possibilidade de uma queda brusca e única do material da parede, o que poderia provocar vibrações no solo e ser gatilho para o rompimento da barragem Sul Superior.

Há semanas, os moradores de Barão de Cocais, que fica a 80 km da capital Belo Horizonte, vivem na iminência de uma queda da estrutura. Isso poderia provocar o terceiro rompimento de barragens em três anos e meio em MG.

Segundo a Vale, avaliações confirmam que o material está tendo deslizamento gradual. Na terça (28), a mineradora divulgou um comunicado, com análises técnicas, apontando que a queda não deveria interferir na situação da barragem Sul Superior, a 1,5 km.

Parte da parede da mina vinha registrando deslocamento de 15 a 20 centímetros ao ano, desde 2012, segundo manifestação que a Vale entregou à Justiça de MG. A Agência Nacional de Mineração havia divulgado que seriam 10 centímetros ao ano. Desde o fim de 2018, porém, o deslocamento total foi de dois metros, segundo a ANM.

Na quinta (30), a parte inferior do talude estava com velocidade de deformação de 24,6 centímetros por dia. Em pontos isolados, já havia atingido 29,1 centímetros por dia.

Em fevereiro, cerca de 440 pessoas foram retiradas da zona de auto salvamento, a primeira a ser atingida em caso de rompimento, quando a barragem teve nível de risco elevado para 2. Em março, o risco aumentou para 3 —o último grau, que significa ruptura iminente ou em curso.

Mesmo que a queda do talude não cause o rompimento, a situação da barragem de rejeitos ainda preocupa. A Vale diz que continua monitorando a estrutura.

A Defesa Civil diz que cerca de 10 mil pessoas estão em áreas que podem ser inundadas em Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo do Rio Abaixo. Destas, 6.000 vivem em Barão de Cocais, onde a lama chegaria em 1h12.

O "dam break" (estudo de hipóteses de rompimento) aponta que as inundações se estenderiam até 72,5 km, sendo mais expressivas nos primeiros 52 km.

Os moradores vinham tendo reuniões com a Vale sobre segurança antes de acontecer o rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão,

em Brumadinho. A tragédia, ocorrida no dia 25 de janeiro, deixou 245 mortos e 25 desaparecidos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/06/2019

Seção: O País

Autor: PATRICK CAMPOREZ BRASÍLIA

Título: Braskem vai devolver R\$ 2,8 bilhões para União

Braço petroquímico do grupo Odebrecht fechou acordo de leniência com o governo federal após descobertas feitas pela Operação Lava-Jato. Pagamento de propina abasteceu marqueteiro de campanhas petistas

Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram ontem acordo de leniência com a Brakem, braço petroquímico do grupo Odebrecht que tem como um dos sócios a Petrobras. A empresa, investigada na Operação Lava-Jato, se comprometeu a pagar R\$ 2,87 bilhões até janeiro de 2025.

Os recursos serão destinados à União (R\$ 2 bilhões) e para a Petrobras (cerca de R\$ 800 milhões). Desse total, R\$ 1,33 bilhão já foi depositado. O restante, R\$ 1,54 bilhão, será pago em seis parcelas, com correção feita através da taxa Selic.

Os valores a serem ressarcidos envolvem pagamentos de dano à União, enriquecimento ilícito e multa, no âmbito de contratos fraudulentos envolvendo recursos público federais. Também serve como punição à edição de atos normativos produzidos a partir de pagamentos de vantagens indevidas.

O acordo colheu informações e provas sobre 60 pessoas físicas e jurídicas envolvidas em fatos ilícitos envolvendo a Braskem. No âmbito da Operação Lava-Jato, as investigações encontraram registros de que a Braskem, a maior empresa da América Latina no seu ramo de atuação, teria pagado parte das propinas desviadas de contratos com a Petrobras ao ex-ministro dos governos petistas Antonio Palocci.

DEPARTAMENTO DE PROPINAS

O pagamento teria sido feito por meio do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, que ficou conhecido como "Departamento de Propinas". Segundo os investigadores, um dos destinatários destes recursos seria o marqueteiro do PT João Santana, que fez as campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2014 e 2010) e Luiz Inácio Lula da Silva (2006). Também há citações nas investigações de que a petroquímica teria pagado suborno ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e ao doleiro Alberto Youssef.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/06/2019****Seção: O País****Autor: JOÃO PAULO SACONI****Título: Paredão de mina da Vale se desprende em MG**

A Vale informou ontem que fragmentos de um paredão de Congo Soco, em Barão de Cocais (MG), descolaram e caíram na cava da mina sem causar grandes prejuízos à barragem Sul Superior, localizada a 1,5 km da estrutura. Há 10 dias, autoridades e moradores do município aguardavam a queda da estrutura, chamada tecnicamente de talude.

De acordo com a mineradora, os blocos que caíram acabaram acomodados no fundo da cava, que está cheia de água. As primeiras avaliações, segundo nota enviada à imprensa, indicam que o material está deslizando de forma gradual, o que até o momento corrobora as expectativas de que o desprendimento do talude deverá ocorrer sem maiores consequências. Anteriormente, o governo de Minas havia divulgado que havia entre 10% e 15% de chance de a barragem desabar após a queda do talude.

Na quinta-feira, a velocidade de formação na porção inferior do paredão era de 24,6 cm por dia. Quando o prazo determinado pela Vale começou a contar, no dia 21, o processo acontecia a 9 cm diários. Em pontos mais críticos, de maior ruptura, havia ontem um descolamento de 29,1 cm.

De acordo com a Vale, tanto o talude, quanto a cava e a barragem seguem monitorados 24 horas por dia. São utilizados radares, drones e uma estação robótica capaz de detectar movimentações milimétricas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/06/2019****Seção: O Mundo****Autor: ELIANE OLIVEIRA****Título: Brasil muda de posição e evita melindrar Maduro**

Governo brasileiro desconvidou embaixadora de líder opositor em Brasília para cerimônia de credenciamento porque chegou à conclusão de que presidente venezuelano não cai a curto prazo e ainda controla país, dizem fontes

BRASÍLIA- O governo brasileiro adiou para "um momento mais oportuno" o convite a María Teresa Belandria para a apresentação de sua carta credencial como embaixadora no Brasil do autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, por uma razão prática: apesar de o Brasil ter

reconhecido Guaidó como "presidente legítimo", é Nicolás Maduro quem está no comando da Venezuela.

Isso significa dizer que, apesar do escasso diálogo entre autoridades dos dois países, estão nas mãos de Maduro o controle da fronteira, o fornecimento de energia ao estado de Roraima, a saúde dos rebanhos das fazendas limítrofes e a troca de informações relacionadas a temas como epidemias e imigração.

IMPASSE ARRASTADO

Segundo fontes ligadas ao tema, embora o governo brasileiro reconheça Belandria como representante de Guaidó — presidente da Assembleia Nacional (AN) venezuelana, de maioria opositora — não se trabalha mais, em Brasília, com a perspectiva de uma solução a curto prazo para o impasse político no país vizinho. A avaliação é que a recém-iniciada mediação da Noruega por um entendimento entre as partes não vai funcionar.

— Não poderíamos levantar poeira oficializando Belandria neste momento como embaixadora. Isso seria romper definitivamente com Caracas — disse um integrante do governo.

Tanto as áreas militar como diplomática do governo Bolsonaro acreditam que o que Maduro quer é ganhar tempo com essas conversas, já iniciadas. Ninguém aposta que Maduro concordará, por exemplo, em deixar o poder antes da convocação de eleições gerais, como pede a oposição como condição para a realização do pleito.

Essa questão será discutida no próximo dia 4, na Guatemala, em uma reunião do Grupo de Lima, formado atualmente por 12 países do continente e que considera Maduro um usurpador, cujo mandato atual não goza de legitimidade. Os Estados Unidos não fazem parte do grupo, mas participam diretamente dos debates. A reunião do Grupo de Lima contará com representantes do Grupo de Contato Internacional formado por países europeus e sul-americanos. O grupo também propõe eleições livres como saída para a Venezuela, mas não especifica quem estará no governo durante o processo.

Os contatos que existem hoje entre Caracas e Brasília ocorrem basicamente entre militares, destacou uma fonte. Além disso, representantes do governo de Roraima falam com interlocutores venezuelanos sobre problemas pontuais e parlamentares da oposição ao governo brasileiro conversam com membros do regime de Nicolás Maduro. Um deles é o senador Telmário Mota (Pros-RR), que negociou com Caracas a reabertura da fronteira entre Brasil e Venezuela, no mês passado, que havia sido fechada em fevereiro deste ano.

Ontem, o Palácio do Planalto informou que a recepção ou não das cartas credenciais da representante de Guaidó será "avaliada em momento mais oportuno". O governo, por meio do porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros, negou que a embaixadora tenha sido desconvidada para a apresentação de cartas credenciais ao presidente Jair Bolsonaro, na próxima terça-feira, 4 de junho, e reafirmou que segue reconhecendo Guaidó como presidente legítimo da Venezuela.

"A embaixadora não foi desconvidada. A recepção ou não das cartas credenciais dela será avaliada futuramente, em um momento mais oportuno. Independentemente disso, ela é a representante do presidente encarregado Juan Guaidó, que o Brasil segue reconhecendo como presidente legítimo da Venezuela", informou o comunicado.

A decisão do governo brasileiro de desconvidar a representante venezuelana causou mal-estar entre governos do Grupo de Lima, principalmente Estados Unidos e Canadá, disseram ao GLOBO fontes diplomáticas da região.

CREDENCIAIS SÃO TRADIÇÃO

O Itamaraty também já havia divulgado uma nota oficial, reiterando "apoio irrestrito ao presidente Juan Guaidó em seus esforços pelo restabelecimento da democracia na Venezuela e reafirma sua disposição de, individualmente ou em cooperação com outros países, contribuir para restaurar plenamente a democracia na Venezuela e aliviar o sofrimento do povo venezuelano".

Na tradição diplomática, a apresentação das credenciais marca o início formal dos trabalhos de um representante de governo estrangeiro no país em que vai servir. No próximo dia 4, Bolsonaro deve receber no Palácio do Planalto os novos embaixadores de México, Colômbia, Paraguai, Arábia Saudita, Peru, Guiné e Indonésia.

(Colaboraram Janaína Figueiredo e Jussara Soares)

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/06/2019

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS

Título: Confiança do empresário é a menor desde outubro

Para analistas, crescimento econômico depende de reforma da Previdência e de um ambiente de negócios com maior previsibilidade

Em meio a um cenário de desemprego elevado e baixo crescimento econômico, os indicadores da atividade econômica em abril mostram que o segundo trimestre de 2019 tende a ser complicado. Caso apresente um resultado positivo, ponderam os analistas, será uma alta pequena e ainda incapaz de reverter as perdas recentes.

O Índice de Confiança Empresarial (ICE, medido pela FGV) recuou em maio e atingiu o menor nível desde outubro de 2018, período de eleições. O ICE caiu para 91,8 pontos em maio, uma perda de dois pontos na comparação com o mês anterior. No acumulado dos cinco primeiros meses de 2019, o índice acumula queda de 5,7 pontos, o que anula a alta de 6,3 pontos entre outubro de 2018 e janeiro deste ano.

GREVE DOS CAMINHONEIROS

Não são apenas os empresários que estão olhando com desconfiança para o Brasil. O Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br, também da FGV) subiu em maio para 119,5 pontos, maior nível desde setembro de 2018. O que contribui para este cenário de desconfiança, entre outros aspectos, é a demora na tramitação da reforma da Previdência e as incertezas sobre sua efetiva economia.

— Para que o crescimento da economia volte a ser constante, é preciso que os investidores tenham um ambiente de previsibilidade maior. São necessárias medidas de longo prazo, que permitam o ajuste fiscal estrutural, e a maior delas é a reforma da Previdência — destaca José Ronaldo Souza Jr., pesquisador do Ipea.

Lucas Souza, economista da consultoria Tendências, pondera, no entanto, que, para o PIB do segundo trimestre, é preciso levar em conta o fator greve dos caminhoneiros: — A conjuntura tende a contribuir para uma melhora no percentual, uma vez que, em maio do ano passado, o Brasil enfrentou a greve dos caminhoneiros, que derrubou muitos indicadores. Entretanto, a estrutura segue como um cenário de incerteza e menor demanda por parte de bens industriais. Uma melhora efetiva só deve ser observada no segundo semestre, caso as reformas sejam aprovadas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/06/2019

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Ronan / Cristiane Silva

Título: Cidade mineira segue em alerta

Uma notícia trouxe alento aos moradores de Barão de Cocais, na região central de Minas Gerais, ontem, em meio à apreensão que tomou conta da cidade há mais de uma semana. Na madrugada de ontem, uma pequena porção do talude norte da Mina de Gongo Soco, administrada pela Vale, se esfarelou e caiu dentro da cava do complexo minerário. Apesar do susto, o rolamento de terra não impactou a Barragem Sul Superior, em risco iminente de rompimento desde 22 de março, segundo a empresa.

A queda de menor proporção indica que a encosta deverá se desfazer aos poucos, sem maiores abalos que poderiam se propagar até a barragem, que se encontra em estado crítico, causando um mar de lama semelhante ao que arrasou áreas de Brumadinho, no início do ano. A distância entre as duas estruturas em risco é de 1,5 quilômetro. De acordo com a mineradora, a placa que se descolou tem 20 metros de largura por 30 metros de altura.

Segundo o tenente-coronel Flávio Godinho, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec), o que o órgão classificou como deslocamento ocorreu por volta das 5h. “Foi um desprendimento de uma parte insignificante, segundo a Vale, que caiu dentro da cava e não trouxe nenhuma característica de gatilho ou possível tremor que viesse a ter consequências na Barragem Sul Superior”, destacou.

Ainda de acordo com Godinho, o deslocamento não altera em nada os trabalhos da Vale e da Defesa Civil, que vão continuar monitorando tanto o talude quanto a barragem hoje. A cava, que é o local de onde se extraiu o minério, tem cerca de 110 metros de profundidade, sendo que a água acumulada dos lençóis freáticos e da chuva está ao nível de 50 metros. O paredão em movimento apresenta inúmeras erosões, trincas e fissuras. Uma boa parte se encontra submersa.

“As primeiras avaliações indicam que o material está deslizando de forma gradual, o que até o momento corrobora as estimativas de que o desprendimento do talude deverá ocorrer sem maiores consequências”, informou a Vale, por meio de nota.

O talude que está ameaçando ruir tem 10 milhões de metros cúbicos. Segundo a Cedec, cálculos dos engenheiros contratados pela Vale para o monitoramento dessa estrutura mostram que a cava da mina pode comportar duas vezes e meia o volume do paredão. O pior cenário é um descolamento repentino da placa, que pode causar uma onda de choque capaz de fazer com que os rejeitos da Barragem Sul Superior entrem em processo de liquefação e o represamento se rompa.

Os cerca de 400 moradores da Zona de Autossalvamento (ZAS) da Mina Gongo

Soco foram evacuados em 8 de fevereiro, quando a represa entrou no nível 2 de instabilidade. A preocupação fica, agora, com a Zona Secundária de Segurança (ZSS), que já passou por dois treinamentos de emergência. Em caso de colapso de Sul Superior, a onda de rejeitos chegaria à ZSS em uma hora e 12 minutos. Além disso, um possível desastre também contaminaria o Rio Doce, já arrasado pela tragédia de Mariana, em novembro de 2015.

MME / ASCOM .